



A DISPUTA REACIONÁRIA PELA EDUCAÇÃO: REFLEXÕES PARA ALÉM DA EDUCAÇÃO ESCOLARIZADA

THE REACTIONARY DISPUTE FOR EDUCATION: REFLECTIONS BEYOND
SCHOOL EDUCATION

LA DISPUTA REACCIONARIA POR LA EDUCACIÓN: REFLEXIONES MÁS
ALLÁ DE LA EDUCACIÓN ESCOLAR

Hilheno Oliveira Miranda

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-1871-1065>

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) - Brasil

Ennia Débora Passos Braga Pires

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-3924-4996>

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) - Brasil

DOI: 10.22481/poliges.v2i1.8479

Resumo: O Escola sem Partido é um movimento reacionário que surgiu no Brasil e que tem conseguido pautar a educação nacional, mesmo sem ter um projeto de lei que o respalde nacionalmente. Uma das maiores afirmações do movimento é que a Escola, através do segmento docente, promove doutrinação ideológica. Considerando esta afirmação do Escola sem Partido, o presente trabalho visa trazer contribuições que problematizam a educação escolarizada e que mostram que a visão de mundo das pessoas também é forjada em outros espaços que extrapolam os muros das instituições de ensino. Assim, através de levantamento bibliográfico e análise documental, o trabalho discute as intencionalidades do referido movimento e o que ele pretende ao fazer tal afirmação. Conclui salientando a necessidade de se ampliar estudos e debates sobre o movimento como uma forma de enfrentamento diante do clima de intolerância que alimenta, o qual, em outros períodos históricos, ofereceu o amálgama para a implementação de regimes autoritários e antidemocráticos.

Palavras-chave: Educação. Educação não escolarizada. Escola sem partido

Abstract: Escola sem Partido (School without Party) is a reactionary movement that emerged in Brazil and has managed to influence national education, even though there is no national bill to support it. One of the biggest claims of the movement is that the school, through the teaching segment, promotes ideological indoctrination. Considering this statement of the Escola sem Partido, this paper aims to bring contributions that problematize school education and show that the worldview of people is also built in other spaces that go beyond the boundaries of educational institutions. Thus, through bibliographical survey and document analysis, the paper discusses the intentionalities of the aforementioned movement

and what it intends when making such a statement. It concludes by pointing out the need to expand studies and debates about the movement as a way of facing the climate of intolerance that it fuels, which, in other historical moments, offered the amalgam for the implementation of authoritarian and anti-democratic regimes.

Keywords: Education. Non-school education. School without party

Resumen: Escola sem Partido (Escuela sin Partido) es un movimiento reaccionario que surgió en Brasil y que ha logrado orientar la educación nacional, aunque no exista un proyecto de ley que lo respalde a nivel nacional. Uno de los mayores reproches del movimiento es que la escuela, a través del segmento de la enseñanza, promueve el adoctrinamiento ideológico. Teniendo en cuenta esta afirmación de Escola sem Partido, este trabajo pretende aportar contribuciones que cuestionen la educación escolar y demuestren que la concepción de mundo de las personas también se forja en otros espacios que van más allá de los muros de las instituciones educativas. Así, a través del estudio bibliográfico y el análisis documental, el trabajo discute las intenciones de este movimiento y lo que pretende al hacer tal declaración. Concluye señalando la necesidad de ampliar los estudios y debates sobre el movimiento como forma de enfrentar el clima de intolerancia que alimenta y que, en otros períodos históricos, ofreció la amalgama para la implantación de regímenes autoritarios y antidemocráticos.

Palabras clave: Educación. Educación no escolarizada. Escuela sin partido

Introdução

Este artigo é resultado de algumas reflexões feitas durante o período de pandemia causada pelo coronavírus, Covid-19, que se somaram aos estudos que estão sendo desenvolvidos na construção de uma dissertação. A pesquisa do mestrado tem como pano de fundo a compreensão da influência das ideias reacionárias do movimento Escola sem Partido (ESP) na formulação do Plano Municipal de Educação (PM) em um município da região Médio Sudoeste da Bahia.

Souza e Oliveira (2017) argumentam que o referido movimento visa incluir o ensino da *doxa* na escola, sendo que esta é o lugar do ensino do *logos*. E, Zan e Krawczyk (2018, p. 118) apontam que a intenção do Escola sem Partido é “mudar o nosso senso comum, alterando o significado das categorias mais básicas que empregamos para compreender o mundo social e educacional e o nosso lugar nele”.

Ou seja, de acordo com as contribuições trazidas por estas/es autoras/es, para além de disputar a educação que é ofertada nas instituições de ensino, movimento ESP também pode influenciar na educação que está para além da Escola. Prova disso é que as ideias que o ESP capitaliza, como a “ideologia de

gênero”, a “doutrinação ideológica”, o “marxismo cultural”, dentre outras, ganharam capilaridade na sociedade, sendo constantemente reproduzidas nas discussões cotidianas, tanto dentro, quanto fora das redes sociais.

Assim, a partir da provocadora pergunta que emerge do apologismo feito pelo Escola sem Partido, "a Escola doutrina?", podem ser levantados outros questionamentos por desdobramentos. Para desmistificar a referida pergunta posta por este movimento reacionário, das indagações que podem saltar aos olhos, tentaremos trazer, aqui, contribuições para responder questões como: "quais são as características da educação?", "a educação se restringe à escola?", "quais são as características da educação escolarizada?", e “como a educação não escolarizada que permeia o dia-a-dia de todos/as pode influenciar na formação de cada um/a?”.

Para ajudar a responder estas questões, metodologicamente, esta pesquisa lançou mão da revisão bibliográfica e da análise documental. Vale destacar que o presente trabalho não tem o objetivo de esgotar a discussão com relação ao tema e aos questionamentos aqui propostos. O objetivo almejado é a produção de conhecimento com relação a este debate, no intuito de contribuir na análise sobre o cenário atual em que a educação, tanto a formal, quanto a informal, está imersa.

Educação e suas características

Para Marx e Engels (2007), o fator primordial que diferencia os homens e as mulheres dos outros animais é que aqueles produzem seus próprios meios de vida através do trabalho. É produzindo os meios para sobreviver que estes produzem as suas vidas e sua consciência. Segundo os autores, “os homens [e as mulheres] que renovam diariamente a sua própria vida, começam a criar outros homens [e mulheres], a procriar” (MARX & ENGELS, 2007, p. 33).

Como os seres humanos não nascem “programados”, denota-se daí que estes/as *aprendem* cotidianamente ao produzirem e reproduzirem sua existência e ao criarem de outros/as homens e mulheres. Nesse sentido, se há *aprendizado* no processo de produção dos meios de vida, podemos dizer que, desde os primórdios da história, junto com o trabalho, a educação está presente. Para Masson (2014), a educação é responsável por uma contribuição ímpar na formação do gênero

humano, pois é através dela que homens e mulheres adquirem os conhecimentos necessários para reagirem diante das diferentes situações da vida.

As palavras de Saviani (2007, p. 154) resumem de forma brilhante como, ontologicamente, a educação está atrelada ao trabalho – forma de intervenção do homem e da mulher na natureza para garantir a sua sobrevivência:

Se a existência humana não é garantida pela natureza, não é uma dádiva natural, mas tem de ser produzida pelos próprios homens, sendo, pois, um produto do trabalho, isso significa que o homem não nasce homem. Ele forma-se homem. Ele não nasce sabendo produzir-se como homem. Ele necessita aprender a ser homem, precisa aprender a produzir sua própria existência. Portanto, a produção do homem é, ao mesmo tempo, a formação do homem, isto é, um processo educativo. A origem da educação coincide, então, com a origem do homem mesmo.

Ao discutir o processo educacional, Brandão (2007) mostra que, de maneira geral a educação, para diferentes povos, em diferentes períodos, a educação forma as pessoas para determinado tipo de grupo ou sociedade que se almeja. O autor também demonstra que ela, a educação, está presente em todos os momentos da vida, pois

Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação (BRANDÃO, 2007, p. 7).

Diante das contribuições apresentadas pelos/as autores/as acima, pode-se demarcar duas características centrais da educação: que (1) ela forma pessoas para determinado tipo de sociedade que se almeja; (2) que a educação está presente no cotidiano – ou seja, que a educação não está restrita à Escola.

Tendo como referência as características elencadas, o presente trabalho buscará trazer algumas contribuições para responder a questão que foi apresentada no início do texto (a Escola doutrina?) a partir de dois eixos: educação escolarizada (educação formal); educação informal (presente na vida, no cotidiano).

Educação escolarizada e suas características

Sem desconsiderar a historicidade da educação presente em períodos anteriores – ou seja, as características da educação acumuladas historicamente –, parte-se aqui da educação escolar – ou melhor, da Escola – desde a modernidade. A ressalva foi feita partindo da compreensão de que a Escola, como qualquer outro objeto que é analisado, traz consigo toda uma carga histórica, que é resultado de uma série de determinações, de condicionamentos históricos resultado das relações sociais entre os indivíduos. Este entendimento se ancora em Marx (2011), quando o autor aponta que o objeto que ele analisava, a sociedade burguesa, era uma totalidade de determinações erguida sobre os escombros de sociedades anteriores, dos quais ainda carregava resíduos.

Segundo Saviani (2008, 2018), para se tornar hegemônica, no século XIX, a burguesia vai empreender esforços para que a Escola cumpra um papel político, ajudando a romper a barreira da ignorância, transformando súditos em cidadãos, estabelecendo as bases para a consolidação da democracia e para a superação do feudalismo. Mas, de acordo com o autor, nem todas as pessoas conseguiram ingressar na Escola e, dos que ingressavam, nem todos se tornavam “bem sucedidos”.

Além disso, de acordo com o autor, a contradição entre burgueses e trabalhadores/as vai fazer com que as classes dominadas, mesmo as pessoas escolarizadas, não concordassem com as propostas sociais apresentadas pelos dominantes. Desse modo, quando a burguesia se consolida como classe dominante, ela passa a assumir uma postura conservadora.

Trazendo a análise para os dias atuais, a Escola e as políticas educacionais, amparadas pelo Estado de Direito, mesmo que tentem se passar como neutras, atendem aos interesses do mercado e são instrumentos de produção e reprodução de valores e comportamentos sociais (TORRIGLIA; ORTIGARA, 2014). Nessa toada, cabe elencar alguns aspectos relacionados ao papel que a educação escolar cumpre na contemporaneidade e que podem contribuir com o debate que está sendo travado.

A Escola transmite os conhecimentos elaborados que são tidos como historicamente sistematizados, eruditos – que formarão o currículo –, para que as pessoas que tenha acesso a estes conhecimentos possam dominar, no mínimo, os

saberes básicos para o mundo do trabalho (SAVIANI, 2008). Podemos falar também que quem das classes que tem acesso a estes saberes de uma melhor forma consegue alcançar altos postos, com as melhores remunerações.

Porém, quem escolhe o que vai ser ensinado na Escola? Quem define quais são os saberes ditos eruditos que devem ser ensinados na Escola? Quem coloca como relevante que se estude a cultura da Grécia e da Roma antiga, mas que não estudemos a diversidade de culturas do continente africano durante a história, por exemplo?

Com relação a esta última questão, vale ressaltar que, a cultura greco-romana já é considerada como referência para cultura ocidental, tendo destaque na educação do Brasil desde bem antes da aprovação das leis 10.639/03 (BRASIL, 2003) e 11.645/08 (BRASIL, 2008). E, mesmo com a obrigatoriedade de que se ensine a história e cultura afro-brasileira e indígena por conta destas legislações, diversos estudos, como o de Filice (2011), apontam a dificuldade da implementação dessas leis na prática, no dia-a-dia das Escolas.

A resposta para estas perguntas provavelmente afirmará que a cultura greco-romana é “berço de nossa civilização”. De fato, a referida cultura influencia todo ocidente. Apesar de o currículo ser um campo de disputa, como defende Silva (2003), quem geralmente define o que vai ser ensinado na Escola são as classes dominantes. E, a cultura da Grécia e de Roma são tidas como importantes, pois, há muito tempo, estas classes definiram que eram estas as referências culturais que deveríamos tomar como importantes a serem ensinadas. E, quanto mais a Escola ensina estes conteúdos ao longo do tempo, mas os temos como “naturais”, “legítimas”, “universais”, e mais reproduzimos seus traços.

Para Bourdieu e Passeron (2014), os saberes que são transmitidos na Escola representam a classe dominante e contribuem com a forma pela qual os(as) estudantes veem e agem perante o mundo. Através da violência simbólica, onde os(as) estudantes tomam a cultura das classes dominantes como se fossem as suas, é garantida a reprodução do *status quo* e legitimação do domínio de uma classe sobre a outra. Ainda segundo os autores, a inculcação destes saberes funciona melhor na medida em que, nem os/as docentes, nem os/as estudantes,

sabem que estes conhecimentos estão lhes sendo impostos – o que faz com que estes ganhem o status de conteúdos legítimos a serem ensinados.

Ou seja, quando tomamos alguns conhecimentos que são trabalhados na Escola como universais, se não adotarmos uma perspectiva pedagógica para trabalharmos os conhecimentos escolares de uma forma que busque superar a mera reprodução social – como as propostas pedagógicas críticas defendidas por Saviani (2008, 2018), ou por Freire (2005) – podemos estar pura e simplesmente contribuindo com a manutenção ou o avanço de desigualdade e de privilégios.

No entanto, vale destacar que a Escola também educa através do que não está necessariamente prescrito no currículo. Nesse quesito, podemos elencar alguns pontos que vão, desde a padronização no comportamento dos/as estudantes (que moldam a forma de agir destes/as para a vida e para a atuação no mercado), passando pela forma de expressar suas emoções (que podem reforçar comportamentos machistas, misóginos e sexistas), até questões como o reforço do racismo (quando, por exemplo, em um país como o Brasil, que tem a maioria da população que é negra, e em todos os cartazes nas paredes da Escola só vê imagens de pessoas brancas). Segundo Silva (2003), isso é o que podemos chamar de currículo oculto.

E, para fechar as características aqui trazidas com relação à educação formal, ou melhor, com relação à educação escolar, cabe afirmar, em concordância com Souza e Oliveira (2017), que a Escola é uma instituição de natureza política. Esta afirmação/constatação dos autores está alicerçada em Aristóteles, no artigo 205 da própria Carta Magna (BRASIL 1988), e no artigo 32 da LDB (BRASIL, 1996), apontando que a educação forma as pessoas, dentre outras coisas, para serem cidadãos/ãs e para o exercício da cidadania. Ou seja, legalmente, a educação forma as pessoas para terem ciência dos seus direitos, deveres, e para respeitarem as demais pessoas que convivem na *polis*.

Para além disso, este trabalho parte da compreensão de que a educação faz parte de uma totalidade - que é a nossa sociedade imersa no modo de produção capitalista (TORRIGLIA; ORTIGARA, 2014). Isso implica dizer que, mesmo em sua singularidade, a parte – neste caso, a educação escolar – está relacionada com o todo, sofrendo influência e influenciando (CURY, 2000). Desse modo, a Escola,

mesmo tentando atuar de forma neutra, através de docentes e gestores(as), contribui para a reprodução da nossa sociedade.

Assim, mesmo quando profissionais da educação pensam que estão sendo neutros, eles e elas estão tomando uma postura política, partindo da aceitação de que a nossa realidade – que é repleta de desigualdades sociais, econômicas, de gênero, raciais etc, os preconceitos e os privilégios de alguns segmentos sociais – está dada e que não cabe à educação “tomar partido” frente a isso.

E, quando os/as professores/as problematizam a realidade, os conteúdos, analisando temas como o racismo, o machismo, a homofobia, de forma crítica (temas esses que são problemas estruturais na nossa sociedade), eles/as estão buscando a superação do *status quo*. Ou seja, não adianta criminalizar a política. A Escola e os/as professores/as sempre estarão assumindo uma postura política, mesmo quando acham que estão agindo de maneira neutra. Não tem escapatória!

Diante exposto, não se pode apresentar contribuições para responder a questão central trazida início do texto (“a Escola doutrina?”) sem que antes o Escola sem Partido seja minimamente problematizado perante as suas intenções. Cabe ainda que outros elementos confrontem dialeticamente os que foram apresentados até então, afim de que possamos contribuir da melhor forma para a resposta da pergunta central.

Escola sem Partido e a acusação que a Escola doutrina

O Escola sem Partido se apresenta, de acordo como informações disponíveis no seu próprio site¹ (ESCOLA SEM PARTIDO, 2021), como um movimento sem vinculações partidárias, neutro, que se propõe a unir pais e estudantes contrários a contaminação política-ideológica. Destoando da autodescrição do próprio movimento, existe uma análise crítica de teóricas/os da educação brasileira, a exemplo de Penna (2017), uma das principais referências na discussão sobre este movimento, que contraria a autoimagem que o movimento apresenta de si.

¹ No menu “quem somos”, do site do movimento, cujo endereço pode ser encontrado referências deste trabalho, são encontradas estas informações.

Para o autor, o Escola sem Partido se propõe a ser uma forma de compreensão da educação no Brasil, como também um instrumento para supostamente “proteger” as(os) estudantes da doutrinação ideológica, defendendo uma educação acrítica, perseguindo docentes e adotando um discurso fascista. Fundado em 2004 pelo procurador Miguel Nagib, o movimento começa defendendo antigas pautas de combate às ideias relacionadas à esquerda na educação e, posteriormente, abraça um discurso do campo mais reacionário da igreja católica contra a famigerada “ideologia de gênero”, o que o ajuda a ganhar projeção (MIGUEL, 2016).

De acordo com Marafon e Souza (2018), o termo “ideologia de gênero” foi construído pela Igreja Católica na década de 90, durante o pontificado de João Paulo II, como reação as discussões de gênero que estavam sendo construídas desde a década de 50 pela academia e por movimentos sociais. Para as autoras, o debate sobre gênero problematizou e questionou a naturalização dos papéis sociais, que são construídos socialmente, para homens e mulheres.

A adesão do ESP a esta pauta que supostamente defende a família e que é contra a “ideologia de gênero” pode ser observada também no envolvimento do movimento contra o material, produzido em 2011 pelo governo federal, de combate à homofobia nas escolas e que foi apelidado pejorativamente de “kit gay” (MOURA, 2018). No site do ESP são encontrados diversos textos² que se referem de forma depreciativa ao programa Escola sem Homofobia, dando entender que esse material tinha o intuito de corromper sexualmente os/as estudantes, promovendo a “ideologia de gênero” e até contribuindo para o acontecimento de práticas pedófilas (ESCOLA SEM PARTIDO, 2021).

Maldonado (2019) aponta que esse episódio envolvendo a cartilha Escola sem Homofobia trouxe ganhos políticos para um personagem da direita brasileira que tem relação de ajuda mútua com o Escola sem Partido: Jair Messias Bolsonaro. De acordo com o autor, por conta de seu de enfrentamento ao “kit gay”, a exposição de Bolsonaro na mídia foi ampliada significativamente, o que proporcionou, dentre outras coisas, que a sua votação quadruplicasse na eleição seguinte e que seu

² Em uma pesquisa pelo termo “kit gay” no menu de busca do site do movimento são encontrados diversos textos se referindo ao tema em questão.

nome ganhasse destaque para concorrer às eleições presidenciais de 2018 – vale lembrar que em um dos principais momentos da campanha da eleição de 2018, o então candidato a Presidente, Jair Bolsonaro chegou a se referir e mostrar o que identificou como “kit gay” numa entrevista ao vivo na bancada do Jornal Nacional (COLLETA, 2018).

Com relação ao seu anticomunismo, ou seja, ao seu combate contra uma suposta “doutrinação ideológica” de esquerda nas escolas, o ESP, na verdade, requebra velhas práticas de perseguição das esquerdas que já foram vistas no Brasil, durante o período da ditadura militar que se iniciou em 1964, no continente europeu, durante o nazi-fascismo, e também em países do continente africano, como lembra Fanon (2008, p. 48):

Quando um preto fala de Marx, a primeira reação é a seguinte: “Nós vos educamos e agora vocês se voltam contra seus benfeitores. Ingratos! Decididamente, não se pode esperar nada de vocês”. E depois há ainda este argumento-porrete do empresário agrícola europeu na África: “Nosso inimigo é o professor”.

O movimento também confirma, de acordo com o seu próprio site, que tem como referência a organização americana *No Indoctrination*³ (ESCOLA SEM PARTIDO, 2021). A referida organização, que também se diz apartidária e neutra, surgiu após Luann Wright, sua fundadora, se voltar contra a discussão de textos que problematizavam o racismo na escola em que seu filho estudava e que ela considerava como tendenciosos, como afirmam Espinosa e Queiroz (2017).

Desse modo, pode ser observado que as pautas e influências do ESP estão ligadas diretamente a antigas preocupações das elites para evitar que seus privilégios sejam questionados. A mínima possibilidade de que as desigualdades e opressões sejam postas em xeque, deve ser considerada como uma potencial ameaça. E, como a educação escolarizada é uma ferramenta de reprodução social – formando pessoas para construir e agir no tipo de sociedade que se almeja – uma ferramenta utilizada por este movimento se caracteriza na criminalização e perseguição dos docentes para impedir que isso aconteça.

³ A referida informação pode ser encontrada no site do movimento, que está nas referências, através do menu “quem somos – sobre nós”.

Porém, para não deixar evidente quais são seus reais interesses, o ESP tenta a todo custo esconder qual é a sua essência. O próprio nome do movimento traz consigo carga de informações que são passadas de forma implícita: deixando transparecer ele é autônomo e, portanto, sem ligações e interesses políticos (como se isso fosse possível); confundindo “política” (no sentido *latu*) com “política partidária”; e, amarrando os pontos anteriores, apresenta a política com algo ruim, que deve ser evitado. E, como já explicado anteriormente, não há como escapar da política.

Para Saviani (2018, p 43), o Escola sem Partido

Ao proclamar a neutralidade da educação em relação à política, o objetivo a atingir é o de estimular o idealismo dos professores fazendo-os acreditar na autonomia da educação em relação à política, o que os fará atingir o resultado inverso ao que estão buscando: em lugar de, como acreditam, estar preparando seus alunos de forma autônoma e crítica na sociedade, formarão para ajustá-los melhor à ordem existente e aceitar as condições de dominação às quais estão submetidos.

Uma das afirmações recorrentes do movimento é que as Escolas são dominadas pelo pensamento marxista, com uma forte influência de pensadores com Paulo Freire e Gramsci (PENNA, 2017). Ao defender estas e outras ideias similares, quem conhece de fato a realidade da educação brasileira, percebe que estas afirmações, na verdade, vão na contramão da realidade. E, inverter a realidade é, justamente, uma das formas que Marx e Engels (2007) denunciam que a ideologia promove na compreensão do mundo.

Vejamos o que Hungaro (2014, p. 54), com base na concepção deste conceito tratado por Marx e Engels (2007), apresenta sobre como a ideologia interpreta a realidade:

Por desconsiderarem (ignorar) seus determinantes históricos, os ideólogos oferecem da realidade uma interpretação que é unilateral, parcial, em síntese, uma “falsa consciência”. [...] A ideologia recolhe elementos da realidade e reconfigura-os sem estabelecer os nexos entre essa reconfiguração e a realidade representada (as condições sociais e históricas que pretende representar). Operando desta maneira, aparece-nos como uma construção inquestionável em sua estrutura interna. [...] Consequentemente, a ideologia é muito mais que uma “falsa consciência” em si, ele é uma “falsa consciência” que se autolegitima.

Umbilicalmente ligada a setores ultraconservadores, partidos de direita e religiões evangélicas, dez anos após seu surgimento, o Escola sem Partido torna-se amplamente conhecido, em 2014, no engajamento contrário a suposta ideologia de gênero que estaria contida no Plano Nacional de Educação - PNE (ESPINOSA; QUEIROZ, 2017). É também em 2014, a pedido dos irmãos Flávio e Carlos Bolsonaro para o fundador do movimento, que as ideias defendidas por este movimento reacionário tomam corpo de proposta de política pública educacional pela primeira vez.

Após o pedido, Miguel Nagib produziu para os irmãos Bolsonaro um Projeto de Lei do ESP para ser apresentado na Câmara de Vereadores do Município do Rio de Janeiro, onde Carlos era vereador, e outro projeto para ser apresentado na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, onde Flávio era deputado (ROSA, 2018). Tomando como base os projetos formulados para a família Bolsonaro, o ESP passou a disponibilizar em seu site modelos de projeto para serem apresentados em outros estados e municípios, sendo já mapeados, até o ano de 2018, cerca de 160 projetos país afora (MOURA, 2018).

O mais novo projeto do ESP apresentado na câmara Federal é o PL 246/2019 (BRASIL, 2019) – PL que, mesmo com algumas mudanças, continua trazendo as pautas combate a “doutrinação política e ideológica” e a “ideologia de gênero” e a criminalização e permanente desconfiança com docentes. Este novo projeto do ESP também traz uma questão muito preocupante. No seu artigo 7º, o projeto defende que os/as estudantes tenham o direito de gravar a aula, com a desculpa de que será bom para o aprendizado e também para que os pais e mães ou responsáveis possam acompanhar e avaliar o processo pedagógico e a qualidade dos serviços prestados.

Esta é mais uma forma de intimidar e tentar controlar a categoria, pois as gravações podem servir para os/as responsáveis pelos/as estudantes possam processar professores/as que atuem de forma crítica, ou que abordem conteúdos, mesmo que obrigatórios, que desagradem os pais. Como o referido PL, e os demais projetos do movimento, não especificam o que é a “doutrinação política e ideológica”, os/as professores/as ficam extremamente vulneráveis ao controle dos

pais e mães – principalmente se as aulas estiverem sendo gravadas – pois, sem uma definição objetiva, tudo pode ser encaixado como doutrinação.

Ao observar o site do Escola sem Partido e o que a literatura aqui analisada apresentam sobre este movimento, fica evidente que doutrinação, para o movimento, está sempre ligada à criminalização de docentes que questionem, ao menos minimamente, a visão de mundo que naturaliza desigualdades sociais, de gênero e étnico-raciais. Como advogam Souza e Oliveira (2017), o que o Escola sem Partido pretende é criminalizar uma visão de mundo em detrimento de outra, fomentando um clima de perseguição e criminalização docente com o objetivo de formar pessoas acríticas, despolitizadas e desorganizadas coletivamente.

A autora principal deste mais novo PL é a Deputada Federal Bia Kicis (PSL/DF), que foi eleita recentemente para presidir a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara Federal – comissão que decide a constitucionalidade das proposições da Câmara. Ao ser indicada para comandar a CCJ, Bia Kicis enfrentou resistência de muitos dos seus pares e de integrantes do poder judiciário, por defender reiteradamente temas inconstitucionais, como um golpe de Estado (BARBIÉRI, 2021), e por fazer apologia ao negacionismo em plena pandemia⁴. Como a deputada é a principal autora do referido PL, existe a possibilidade de que ela, como presidente da CCJ, ponha o referido projeto do ESP para ser apreciado pela comissão⁵.

De acordo com estes autores (SOUZA; OLIVEIRA, 2017, p. 123), o Escola sem Partido, ao contrário da neutralidade política, ideológica e religiosa que prega como proposta de política pública e em seu site, defende “o ensino de dogmas religiosos e preconceitos anticientíficos” na escola para formar indivíduos despolitizados e acríticos. Para estes autores, esses conhecimentos podem até ser ensinados no lar e nos templos religiosos, mas não na escola.

⁴ No momento que este trabalho está sendo escrito (março de 2021), o Brasil está caminhando para 300 mil mortos após um ano de pandemia no país. Mesmo assim, a Deputada faz questão de manter sua postura contra a ciência e contra as medidas restritivas e de higiene que têm sido defendidas pela comunidade científica, por governadores e por prefeitos, para prevenir a doença.

⁵ Como, em agosto de 2020 o plenário do STF declarou por maioria de votos a inconstitucionalidade de um projeto de lei do ESP aprovado no estado de Alagoas, denominado “Lei Escola Livre”, Bia Kicis, como presidente da CCJ, pode realizar alguma manobra para tentar votar o seu PL do ESP na Comissão e assim o declarar constitucional, afrontando o STF.

Além de defender a manutenção de desigualdades e de privilégios, quando o ESP se mostra contra configurações diferentes de família, contra a pluralidade de pensamento e contra a liberdade de cátedra, o movimento pretende garantir o retrocesso legal de pautas que haviam avançado nos últimos anos. Dessa maneira, diante do que foi apresentando, pode-se afirmar, em concordância com Penna (2018), com Zan e Krawczyk (2018), com Moura (2018) e com Cunha (2016), que o Escola sem Partido – ao reagir aos avanços sociais dos últimos tempos e defender o retrocesso de conquistas democráticas – é um movimento que reacionário.

Segundo Espinosa e Queiroz (2017), somado ao fato de o referido movimento está diretamente ligado a setores ultraconservadores que dominam a sua pauta – como a família Bolsonaro, religiões evangélicas, defensores da ditadura militar e partidos de direita – quase todos esses setores têm como referência o autointitulado filósofo Olavo de Carvalho. Apontado como “guru intelectual”⁶ (PRAGMATISMO POLÍTICO, 2019) do grupo de direita que chegou ao Palácio do Planalto em 2018, e que tem Jair Bolsonaro como figura principal, Olavo também é conhecido por propagar notícias falsas, e é um feroz crítico da esquerda e da manifestação de ideias progressistas nos diversos espaços da sociedade – chegando a defender que existe uma conspiração comunista organizada para tomar o poder no mundo.

Exercitando na prática a categoria contradição, Olavo de Carvalho, integrante importante e referência desta “nova direita” da qual o ESP faz parte, apesar de já ter defendido veementemente o movimento (CARVALHO, 2017), como destacou Miguel (2016), tem manifestado recentemente que é contra a proibição do debate de ideias de esquerda na escola (CARVALHO, 2019). Porém, o mesmo Olavo de Carvalho defende que para “pegar o inimigo” (CARVALHO, 2020a), ou seja, para combater pessoas do campo político diferente do seu, devem ser “quebradas as pernas do inimigo” (CARVALHO, 2020b) – estes “inimigos” seriam os indivíduos que o criticam e que criticam o governo Bolsonaro e as pessoas de seu campo ideológico. Estas expressões que foram destacadas, segundo o próprio Olavo de Carvalho, significam

⁶ Em discurso nos EUA, que pode ser assistido através do *link* nas referências, Bolsonaro fala ao então Presidente daquele país, Donald Trump. Exatamente ao lado direito de Bolsonaro estava Olavo de Carvalho, a quem o Presidente brasileiro se referiu como uma de suas principais inspirações e também como um dos responsáveis pela sua vitória.

processar os/as opositores/as (CARVALHO, 2020a), os/as constrangendo e inibindo por conta do medo das sanções judiciais que podem lhes atingir⁷.

No entanto, este tipo de postura defendida por Olavo de Carvalho, referência de figuras importantes do movimento, é também adotada pelo ESP: o movimento incentiva os pais a processarem os/as professores/as (MOURA, 2018), ressaltando, inclusive, as boas indenizações que os processos podem gerar financeiramente (MIGUEL, 2016). Este, talvez, tenha sido o maior sucesso do movimento: garantir, mesmo sem a aprovação em âmbito federal de um projeto de lei próprio, que a categoria docente seja permanentemente perseguida, tendo sua autonomia cerceada – seja, pelo medo da punição, seja pela própria punição, ou por ordens superiores –, o que incide diretamente no aumento da precarização do trabalho dos/as professores/as.

Segundo, Manhas (2016), na saga de proteger os(as) estudantes e a sociedade contra uma suposta doutrinação feita pela esquerda nas instituições de ensino, além de disputar a formulação do PNE, o Escola sem Partido também disputou a formulação da BNCC e dos planos estaduais e municipais de educação Brasil afora – políticas educacionais estas que interferem diretamente na educação nacional. Mesmo sem o Projeto de Lei do movimento ter sido aprovado a nível nacional, já encontram-se relatos de professores sendo demitidos, perseguidos e processados pela acusação de que estes(as) estariam doutrinando (FAGUNDEZ, 2018).

E, para além da disputa pela educação escolarizada, através da tentativa de aprovação de projetos de lei a nível nacional, em estados e municípios, este movimento reacionário também disputa a educação fora das instituições escolares. A propagação de suas ideias como a “ideologia de gênero”, a “doutrinação ideológica”, o “marxismo cultural”, dentre outras, ganharam capilaridade na sociedade, nas redes sociais e são constantemente reproduzidas nas discussões cotidianas, estando presentes, inclusive, no plano de governo do atual Presidente da República (BOLSONARO, 2018), um de seus principais apoiadores.

⁷ Ao que parece, a família Bolsonaro está seguindo o conselho de seu guru. No mês de março/2021, o influenciador digital Felipe Neto foi intimado a depor, com base na Lei de Segurança Nacional. O motivo para tanto é que o influenciador chamou Jair Bolsonaro de “genocida”.

Feita a exposição sobre o ESP, voltemos nossa atenção para tentar responder a questão central do artigo. Além das características trazidas aqui com relação à Escola contemporânea e, para além da acusação de doutrinação que o Escola sem Partido faz às instituições de ensino, como bem destacamos no início deste trabalho, cabe lembrar que *a educação não está só restrita à Escola*. A educação permeia o dia-a-dia de todas(os) na produção e reprodução de nossa existência, nos diferentes espaços que cada pessoa participa.

Se, no intuito de fazer uma analogia, tomarmos emprestado a perspectiva com que o Materialismo Histórico e Dialético oferece para que seja analisado um objeto, pode-se afirmar que cada pessoa é única por ser atravessada por diversas determinações que a influenciam e que estão relacionadas com os diferentes espaços e instituições que ela faz ou fez parte. Somado a isso, Manhas (2016, p. 32) defende que no momento atual “a escola perdeu força diante de outros grupos e instituições. As pessoas se formam em cursos livres, nos debates abertos, igrejas, empresas, movimentos sociais”.

Em outras palavras, a Escola, mesmo com toda a sua relevância, assim como a família, são apenas algumas dessas diferentes “determinações” que influenciarão na formação de cada um(a). Nesse sentido, diante de tudo que foi exposto, podemos afirmar que a Escola, os(as) professores(as) não doutrinam e que as pessoas forjam suas visões de mundo em decorrência de diversos espaços e instituições que fazem parte, sendo a escola só mais uma destas.

Em suma, entendemos que ao afirmar que a Escola doutrina, este movimento reacionário pretende, na verdade, impedir que estudantes tenham acesso a concepções de mundo diferentes da sua.

Considerações finais

As contribuições aqui apresentadas, apesar de não esgotarem o tema, trouxeram importantes contribuições que ajudam na apreensão do Escola sem Partido em sua essência. Diante do exposto, acreditamos que conseguimos demonstrar que, desde seu próprio nome, até as suas propostas, o Escola sem Partido é uma falácia.

Ao identificar suas conexões com grupos de direita e segmentos religiosos reacionários mostramos que o ESP não é neutro e nem independente. Pelo contrário. O Escola sem Partido se vale da desinformação de quem o desconhece para defender a manutenção de desigualdades, privilégios, bem como para tentar retroceder em conquistas democráticas – que pode ser observado, por exemplo, através de seu ataque à liberdade de cátedra.

Ao afirmar que a escola e os professores promovem doutrinação, como demonstrado, o ESP reutiliza pautas que já foram adotadas por fascistas, na Europa e no Brasil, para perseguir e criminalizar professoras e professores que trabalham de forma crítica. No entanto, ao colocar a categoria sobre permanente desconfiança, como se o segmento docente fosse “mal intencionado”, infelizmente, suas propostas têm fomentado a perseguição a docentes que processados/as, censurados/as e até demitidos – mesmo sem ter uma lei específica que respalde o movimento.

Como foi demonstrado, a educação não se restringe à escola e as pessoas são resultado dos diversos grupos e influências que tem ao longo da vida. Uma prova disso é que, durante as aulas remotas na pandemia, diversos jovens estão sendo aconselhados pelas instituições de ensino a adotarem medidas de isolamento e higiene pessoal para reduzirem a taxa de contágio pelo novo coronavírus. Porém, o que pode ser observado nos noticiários é que tem se multiplicado o número de festas clandestinas realizadas por jovens e também por adultos.

E, uma das pessoas que mais incentiva o desrespeito às medidas restritivas de distanciamento e de isolamento como forma de tentar conter a pandemia – através de pronunciamentos e provocando reiteradas aglomerações – e tem contribuído para o discurso anticiência – se manifestando contra as vacinas, por exemplo – é o atual presidente da república, Jair Bolsonaro. Ou seja, o Presidente do país, a pessoa que ocupa o maior cargo da nação, para além das escolas e universidades, também é uma grande influência para a formação da visão de mundo das pessoas. Não por acaso, ele e sua família, além de terem ligações umbilicais com o Escola sem Partido, adotou o movimento e suas pautas como uma de suas bandeiras de campanha.

Assim, urge a necessidade que este movimento reacionário seja cada vez mais estudado, debatido e combatido por conta do clima de intolerância e de

combate ao pensamento crítico e científico que ele alimenta e que, em outros períodos históricos, já ajudou a criar as condições para a implementação de regimes autoritários e antidemocráticos.

Referências

BARBIÉRI, Luiz Felipe. **Aliada de Bolsonaro e investigada no STF, Bia Kicis é eleita presidente da CCJ da Câmara**. G1. 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/03/10/aliada-de-bolsonaro-bia-kicis-do-psl-e-eleita-presidente-da-ccj-da-camara.ghtml>>. Acesso em: 19 de mar. 2021.

BOLSONARO, Jair. **Plano de Governo** – Jair Bolsonaro 2018. Site de Flavio Bolsonaro. 2018. Disponível em: <https://flaviobolsonaro.com/PLANO_DE_GOVERNO_JAIR_BOLSONARO_2018.pdf>. Acesso em: 19 de mar. 2021.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução** – Elementos para uma teoria do sistema de ensino. 7 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo/SP: Editora Brasiliense, 2007.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 20 ago. 2020.

BRASIL. **Institui o "Programa Escola sem Partido"**. Projeto de Lei 246/2019. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2190752>>. Acesso em: 19 jan. 2021.

BRASIL. **Lei 10.639/2003**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm>. Acesso em: 20 ago. 2020.

BRASIL. **Lei 11.645/2008**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm>. Acesso em: 20 ago. 2020.

BRASIL. **Lei 9394/1996**. (LDB). Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm >. Acesso em: 20 ago. 2020.

CARVALHO, Olavo de. **Assista à íntegra da entrevista com Olavo de Carvalho**. Canal Morning Show no Youtube, 2020a. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=-1a1Ah8V5Jk&t=390s> >. Acesso em: 19 de mar. 2021.

CARVALHO, Olavo de. EXCLUSIVO: **Olavo de Carvalho analisa eleição dos EUA**. Canal Os Pingos nos Is no Youtube, 2020b. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=Btu4IUtW_ZU&t=739s >. Acesso em: 19 de mar. 2021.

CARVALHO, Olavo de. **OLAVO DE CARVALHO - CONVERSA COM PEDRO BIAL (Parte 2) – 10/04/2019 - Rede Globo**. Canal Samy Houchaimi no Youtube, 2019. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=nYED3g2dFis> >. Acesso em: 19 de mar. 2021.

CARVALHO, Olavo de. **Olavo de Carvalho fala sobre o Escola sem Partido**. Canal Secret Science no Youtube, 2017. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=kwEclvTtF7E> >. Acesso em: 19 de mar. 2021.

COLLETA, Ricardo Della. **Bolsonaro mentiu ao falar de livro de educação sexual no 'Jornal Nacional'**. El país. 2018. Disponível em: < https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/29/politica/1535564207_054097.html >. Acesso em: 19 de mar. 2021.

CUNHA, Luiz Antônio. **O projeto reacionário de educação**. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 2016.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e contradição**. 7 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2000.

ESCOLA SEM PARTIDO. **Escola sem Partido**, c2021. Página inicial. Disponível em: < <http://escolasempartido.org/quem-somos/> >. Acesso em: 19 mar. 2021.

ESPINOSA, Betty R. Solano; QUEIROZ, Felipe Campanuci. Breve análise sobre as redes do Escola sem Partido. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Escola "sem" Partido** – esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: LPP/UERJ, 2017. p. 49-62.

FAGUNDEZ, Ingrid. **Mesmo sem lei, Escola sem Partido se espalha pelo país e já afeta rotina nas salas de aula**. BBC News Brasil. 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46006167>>. Acesso em: 19 mar. 2021.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FILICE, Renísia Cristina Garcia. **Raça e classe na gestão da educação básica brasileira**: a cultura na implementação de políticas públicas. Campinas: Autores Associados, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

HUNGARO, Edson Marcelo. A questão do método na constituição da teoria social de Marx. In: CUNHA, Clélio da; SOUSA, José Vieira de; SILVA, Maria Abádia (Orgs.). **O método dialético na pesquisa em educação**. Campinas: Autores Associados, 2014. p.15-78.

MALDONADO, Lucas Gabriel Saconato. A ascensão do movimento Escola sem Partido enquanto movimento regressista da educação e a eleição de Bolsonaro. **Mimesis**, Bauru, v. 40, n. 2, p. 199-218, 2019. Disponível em: <https://secure.unisagrado.edu.br/static/biblioteca/mimesis/mimesis_v40_n2_2019/mimesis_v40_n2_2019_art_01.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2021.

MANHAS, Cleomar. Nada mais Ideológico que “Escola Sem Partido”. In: SOUZA, Ana Lúcia Silva et.al. **A ideologia do movimento Escola Sem Partido**: 20 autores desmontam o discurso. São Paulo: Ação Educativa, 2016. p. 15-23.

MARAFON, Giovanna; SOUZA, Marina Castro e. Como o discurso da “ideologia de gênero” ameaça o caráter democrático e plural da escola?. In: PENNA, Fernando Araújo; QUEIROZ, Felipe; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). **Educação democrática – antídoto ao Escola sem Partido**. Rio de Janeiro: LPP/UERJ, 2018. p. 75-88.

MARX, Karl. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo Editora, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo Editora, 2007.

MASSON, Gisele. A importância dos fundamentos ontológicos nas pesquisas sobre políticas educacionais: contribuições do materialismo histórico-dialético. In: CUNHA,

Clélio da; SOUSA, José Vieira de; SILVA, Maria Abádia (Orgs.). **O método dialético na pesquisa em educação**. Campinas: Autores Associados, 2014. p. 201-225.

MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” – Escola Sem Partido e as leis da mordação no parlamento brasileiro. **Revista Direito & Práxis**, Rio de Janeiro, v.7, n. 15, 2016, p. 590-621. Disponível em: < <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/25163> >. Acesso em 18 jan. 2021.

MOURA, Fernanda Pereira de. O movimento Escola sem Partido e a reação conservadora contra a discussão de gênero na escola. In: PENNA, Fernando Araújo; QUEIROZ, Felipe; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). **Educação democrática – antídoto ao Escola sem Partido**. Rio de Janeiro: LPP/UERJ, 2018. p. 89-110.

PENNA, Fernando Araújo. Construindo estratégias para uma luta pela educação democrática em tempos de retrocesso. In: PENNA, Fernando Araújo; QUEIROZ, Felipe; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). **Educação democrática – antídoto ao Escola sem Partido**. Rio de Janeiro: LPP/UERJ, 2018. p. 111-130.

PENNA, Fernando Araújo. O Escola sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). **Escola “sem” Partido – esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: LPP/UERJ, 2017. p. 35-48.

PRAGMATISMO POLÍTICO. **Discurso de Bolsonaro durante jantar nos EUA provoca vergonha alheia**. Política externa. 2019. Disponível em: < <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2019/03/discurso-de-bolsonaro-jantar-eua-olavo.html> >. Acesso em: 10 mar. 2021.

ROSA, Russel Teresinha Dutra da. Direito à educação democrática: conquistas legais e ameaças. In: PENNA, Fernando Araújo; QUEIROZ, Felipe; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). **Educação democrática – antídoto ao Escola sem Partido**. Rio de Janeiro: LPP/UERJ, 2018. p. 51-74.

SAVIANI, Dermeval. A crise política e o papel da educação na resistência ao golpe de 2016 no Brasil. In: Krawczyk, Nora; Lombardi, José Claudinei (Orgs.). **O golpe de 2016 e a educação no Brasil**. Uberlândia/MG: Navegando Publicações, 2018. p. 27-45.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. Campinas: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34 jan./abr. 2007. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf> >. Acesso em: 10 mar. 2021.

SILVA, Tomas Tadeu. **Documentos de identidade** – uma introdução às teorias do currículo. 5 ed. Belo Horizonte/MG: Autêntica Editora, 2003.

SOUZA, Rafael de Freitas; OLIVEIRA, Tiago Fávero de. A doxa e o logos na educação: o avanço do irracionalismo. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Escola “sem” Partido** – esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro/RJ: LPP/UERJ, 2017. p. 121-132.

TORRIGLIA, Patrícia Laura; ORTIGARA, Vidalcir. O campo das mediações: primeiras aproximações para a pesquisa em políticas educacionais. In: CUNHA, Clélio da; SOUSA, José Vieira de; SILVA, Maria Abádia (Orgs.). **O método dialético na pesquisa em educação**. Campinas: Autores Associados, 2014. p. 183-200.

ZAN, Dirce; KRAWCZYK, Nora. A disputa cultural: o pensamento conservador no ensino médio brasileiro. In: KRAWCZYK, Nora; LOMBARDI, José Claudinei (Orgs.). **O golpe de 2016 e a educação no Brasil**. Uberlândia: Navegando publicações, 2018. p. 113-122.

SOBRE OS AUTORES

Hilheno Oliveira Miranda

Mestrando em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) - Programa de Pós Graduação em Educação PPGED/UESB; Membro do Grupo de Pesquisa em Ludicidade, Didática, Política e Práxis Educacional (LUDIPPE). E-mail: hilheno@hotmail.com

Ennia Débora Passos Braga Pires

Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação PPGED da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); Líder do Grupo de Pesquisa em Ludicidade, Didática, Política e Práxis Educacional (LUDIPPE). Email: enniadebora@uesb.edu.br